Segurança pública não se faz com meias-verdades



» ALEXANDRE PATURY
Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal

Há uma distância considerável entre discutir segurança pública e enfrentar, todos os dias, as consequências da violência. Quem está na ponta sabe que, por trás de cada estatística, existe uma vítima, uma família e, muitas vezes, uma tragédia que poderia ter sido evitada.

O debate sobre segurança pública no Brasil precisa avançar. É preciso abandonar a ideia de que defender garantias individuais e exigir maior rigor na aplicação da lei são posições inconciliáveis.

As audiências de custódia são necessárias e cumprem um papel importante no controle da legalidade das prisões. Isso não está em discussão. Entretanto, quando se afirma que percentual significativo das prisões é mantido, é preciso fazer as seguintes perguntas: O que acontece com as demais. E o crime afiançável? E os liberados pelos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) em virtude do menor potencial ofensivo?

E mais: quantos voltam a cometer crimes? Quantos descumprem medidas cautelares? Quantos são presos novamente pelos mesmos policiais que já os haviam conduzido à Justiça?

Não raro, a mesma pessoa é presa inúmeras vezes, inclusive pelo mesmo tipo de delito. A tolerância com o crime de menor potencial ofensivo, infelizmente, tem gerado descrédito do sistema criminal.

Poucos infratores têm receio da pena, considerando que não serão efetivamente privados da liberdade. A ideia da política de não persecução penal se confunde, em alguns casos, com uma permissividade que fragiliza regras básicas de convivência.

A audiência de custódia é uma garantia constitucional. A impunidade não é.

Não se trata de presumir que toda pessoa colocada em liberdade voltará a delinquir. Trata-se de reconhecer que, sem acompanhar esses resultados, estamos avaliando apenas uma parte do problema.

O policial que prende reiteradamente o mesmo indivíduo conhece uma realidade que nem sempre aparece nos relatórios. O cidadão que volta a ser vítima desse indivíduo, também. Difícil explicar o fato do criminoso sair da delegacia antes do policial que efetuou a prisão.

A discussão sobre a maioridade penal segue a mesma lógica. Ninguém desconhece a necessidade de oferecer oportunidades aos nossos jovens. Mas é razoável discutir se três anos de internação representam uma resposta adequada a determinados atos infracionais de extrema gravidade. Fazer essa pergunta não significa abandonar a proteção integral da criança e do adolescente. Significa reconhecer que a sociedade também precisa de respostas.

A gravidade de um ato não desaparece em razão da idade de quem o praticou. A resposta do Estado deve respeitar as particularidades do adolescente, mas também considerar a violência praticada, suas consequências e a necessidade de proteger a sociedade. Ignorar qualquer um desses aspectos não é equilíbrio. É enxergar apenas parte da realidade.

Há quem defenda que o caminho esteja exclusivamente na prevenção. Outros apostam no endurecimento das penas. A experiência mostra que nenhuma dessas alternativas, isoladamente, resolve o problema.

Educação, esporte, cultura e oportunidades são fundamentais para mudar o futuro da segurança pública, mas o presente exige também investigação, inteligência, policiamento e responsabilização.

No Distrito Federal, temos procurado trabalhar exatamente nessa direção. A integração das forças de segurança, o uso da tecnologia e as ações preventivas caminham ao lado da atuação firme contra a criminalidade. Não são políticas concorrentes. São partes de uma mesma responsabilidade.

Precisamos, sobretudo, recuperar a capacidade de discutir segurança pública sem transformar qualquer divergência em uma disputa ideológica. Questionar os efeitos de uma decisão judicial não é atacar o Judiciário. Defender a atuação policial não é desprezar os direitos individuais. Do mesmo modo, exigir consequências para quem pratica crimes não significa defender arbitrariedades.

Não existe contradição entre defender direitos humanos e exigir segurança pública. O direito de não ser vítima da violência também é um direito humano. O Estado não pode ser forte apenas para cobrar obrigações de quem cumpre a lei. Precisa ser igualmente capaz de proteger essas pessoas de quem insiste em desrespeitá-la.

Existe uma diferença entre garantir direitos e transformar garantias em respostas suficientes para todos os problemas. Afinal, de pouco adianta assegurar ao cidadão o direito de ir e vir se ele tem medo de sair de casa. Segurança pública não admite soluções fáceis, mas também não pode conviver com perguntas que ninguém quer responder. No fim das contas, a população não quer saber quem venceu o debate. A maioria quer saber se poderá voltar para casa em segurança.



Igreja, diploma e a fila do SUS



» CARLOS ANDRÉ MACHADO
Sócio fundador da Opinião — Inteligência Política e pesquisador de opinião

O mapa do segundo turno no Distrito Federal tem uma ilha. Na Asa Sul, na Asa Norte e no Noroeste, Lula teve 54% dos votos válidos e Leandro Grass, 51,7%. Fora dali, o DF votou como o Brasil conservador: Flávio Bolsonaro fez 55% e Celina Leão, 58%.

A ilha é pequena e tem margens. Somados Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte, o Plano reúne 14% do eleitorado. Ali Lula ainda vence (51,6%), mas Celina não leva por um fio (50,7%). O Lago Sul, um dos endereços mais ricos do país, deu 57% a Flávio. O voto progressista, portanto, não é o voto do dinheiro. É o voto do diploma!

O centro também não perdeu por faltar às urnas: o comparecimento foi de 83% dentro e fora do Plano. Perdeu porque é pequeno em relação às nossas outras cidades juntas. Só Ceilândia, Samambaia e Taguatinga deram a Flávio 71,5 mil votos de saldo, quase metade da vantagem dele no DF. Para Celina, as mesmas três cidades renderam 100 mil.

Podemos até dizer que são dois DFs.

A pesquisa **Correio**/Opinião feita entre os turnos, com 1.102 eleitores, mede a distância. No Plano, 78% têm curso superior; no resto do DF, 26%. Sete em cada 10 moradores do centro vivem com renda familiar acima de R$ 9,5 mil. Nas demais regiões, 39% vivem com até R$ 3,4 mil e 12% recebem benefício do governo. O governo Lula é bem avaliado por 45% no Plano e por 33% fora dele.

Entre os eleitores, o diploma separa mais que o bolso! Quem votou em Lula e Grass tem mais curso superior (42%) do que quem votou em Flávio e Celina (31%). Na faixa de renda mais alta, a distância é menor: 29% contra 23%.

E o que falar sobre religião do eleitor? Se há uma linha que divide os dois DFs, ela passa pela igreja. Fora do Plano, 36% dos eleitores são evangélicos, o dobro do centro (17%). No Plano, crescem os sem religião (22%) e os espíritas e adeptos de religiões de matriz africana (15%).

Um voto que é fiel e acompanha. Entre os evangélicos, 67% escolheram Flávio e 72%, Celina. Os católicos se dividiram: 50% Lula, 43% Flávio. Quase metade (47%) de quem votou na dobradinha da direita é evangélica. Na dobradinha da esquerda, são 17%, e um em cada cinco não tem religião.

A fé pesa mais que o endereço. Mesmo no Plano, 56% dos evangélicos votaram em Flávio. E fora dele, só 35% dos que não têm religião escolheram o candidato do PL.

E falando de endereço, o que tira o sono também muda com o CEP. Perguntados sobre o principal problema da família, os moradores do Plano citam a segurança (27%) tanto quanto o custo de vida (26%). No resto do DF, a segurança cai para 9%, e a saúde salta de 5% para 25%. É a distância entre quem tem plano de saúde e quem depende da UPA.

O eleitor de Flávio e Celina fala primeiro do preço da comida (36%) e põe o combate à corrupção no topo das prioridades do governo (24%). O de Lula e Grass cita a saúde (25%) e pede educação básica (32%) e menos desigualdade (11%).

E afinal, quem decidiu no DF? O eleitor que fez a diferença entre os dois resultados não cabe em nenhum dos dois retratos. Na última pesquisa **Correio**/Opinião, em outubro, 8% disseram que votariam em Lula e em Celina; e as urnas confirmaram que Lula teve 86 mil votos a mais que Grass. Metade desse eleitor estudou só até o fundamental, metade vive com até R$ 3,4 mil e 23% recebem benefício social. É o eleitor mais pobre do DF, que separa as duas urnas: confia em Lula para o país e na governadora para a cidade onde mora.

O Distrito Federal de 2026 não é só direita contra esquerda. É uma cidade planejada para ser o centro, cercada por outra que cresceu longe dele, mais evangélica e mais preocupada com a fila do hospital e com o preço do feijão. O Plano vota pensando no país que imagina. O resto do DF vota pensando na cidade que enfrenta todo dia.

Habitação popular é também construção de cidade



» RODRIGO AZEVEDO
Arquiteto e urbanista, autor do projeto Residencial Manoel de Barros e fundador do escritório AAA_Azevedo Agência de Arquitetura

Manoel de Barros dizia que era preciso "desver o mundo". Em Mato Grosso do Sul, esse verbo ganhou uma dimensão concreta na arquitetura. O projeto desenvolvido ao lado da arquiteta Paula Vilela para o Minha Casa, Minha Vida, em Campo Grande, recebeu o nome de Protótipo Sustentável Manoel de Barros. Não é apenas uma homenagem ao poeta. É também uma maneira de expressar uma ideia: para transformar a habitação popular, é preciso primeiro mudar a forma como olhamos para ela.

O projeto nasceu de uma pergunta simples: é possível fazer habitação de interesse social dentro das condições econômicas do Minha Casa, Minha Vida sem reproduzir os mesmos modelos de sempre? A resposta é sim.

O conjunto reúne 164 moradias distribuídas em quatro blocos, concebidos para integrar o empreendimento à cidade. Em vez de muros e grades, a quadra permanece aberta, com praças, jardins e caminhos que favorecem a circulação de pedestres. Lojas voltadas para as ruas aproximam o conjunto do comércio local, enquanto pátios verdes criam espaços de convivência e passarelas-varandas ampliam a interação entre os moradores. Os edifícios, com dois e quatro pavimentos, foram organizados para favorecer a ventilação e o conforto térmico.

A sustentabilidade também orienta as soluções arquitetônicas. As varandas lineares protegem os apartamentos da incidência direta do sol, enquanto a iluminação natural e a ventilação cruzada contribuem para reduzir o consumo de energia. O projeto prevê painéis fotovoltaicos, captação e reaproveitamento da água da chuva, pisos drenantes, áreas permeáveis, jardins, horta comunitária e bicicletário. São escolhas incorporadas ao desenho do empreendimento, não equipamentos acrescentados posteriormente para cumprir uma agenda ambiental.

O Manoel de Barros parte de uma compreensão que precisa estar no centro das políticas públicas: habitação não é apenas financiamento imobiliário. É infraestrutura, emprego, renda, desenvolvimento econômico e, sobretudo, construção de cidade.

O Minha Casa, Minha Vida tem capacidade de mobilizar uma extensa cadeia produtiva. A construção de moradias movimenta a indústria de materiais, gera empregos, demanda serviços, ativa mercados locais e impulsiona investimentos. Mas seu impacto não deve ser medido somente pelo número de unidades contratadas ou entregues. A localização dos empreendimentos, o acesso ao transporte público, a proximidade de empregos, escolas e serviços e a qualidade dos espaços urbanos também precisam fazer parte dessa avaliação.

Uma casa distante de tudo pode atender a uma necessidade imediata, mas dificilmente representa uma solução urbana. Quando famílias de menor renda são empurradas para as periferias porque os terrenos são mais baratos, a economia inicial pode se transformar em custos permanentes: mais tempo no transporte, maior despesa com deslocamentos e dificuldade de acesso a oportunidades. O benefício habitacional perde parte de seu alcance quando não vem acompanhado de integração à cidade.

Essa lógica precisa ser superada. O país dispõe de áreas urbanizadas e dotadas de infraestrutura que permanecem subutilizadas ou abandonadas. Reocupar esses territórios com habitação de interesse social pode reduzir a expansão desordenada das cidades, aproximar moradia e trabalho e aproveitar investimentos públicos já realizados. Habitação popular não precisa ser sinônimo de ocupação periférica nem de baixa qualidade arquitetônica.

O desafio não é simplesmente gastar mais, mas projetar melhor. Orientação adequada dos edifícios, ventilação cruzada, sombreamento, drenagem e áreas verdes são decisões capazes de ampliar o conforto e reduzir impactos ambientais. Boa arquitetura não significa luxo: significa utilizar os recursos disponíveis de maneira inteligente, considerando não apenas o custo inicial da construção, mas também os efeitos que ela produzirá ao longo do tempo.

A emergência climática torna essa discussão ainda mais urgente. Famílias de menor renda estão entre as mais expostas a enchentes, deslizamentos e ondas de calor, especialmente em territórios marcados pela precariedade da infraestrutura. Incorporar arborização, áreas permeáveis, drenagem e conforto térmico aos projetos habitacionais é uma forma de reduzir vulnerabilidades e preparar as cidades para os desafios ambientais. Essas soluções não podem ser tratadas como diferenciais opcionais, mas como parte da própria política de habitação.

O Protótipo Sustentável Manoel de Barros demonstra que essa mudança é possível mesmo dentro das condições de um programa habitacional de grande escala. O projeto venceu a categoria Sustentabilidade da primeira edição do Prêmio Minha Casa, Minha Vida, promovido pelo Ministério das Cidades, e foi o único representante da região Centro-Oeste entre os vencedores. O reconhecimento reforça que qualidade arquitetônica e responsabilidade ambiental podem caminhar junto com a viabilidade econômica.

Uma moradia permanece por décadas. Um bairro, também. As decisões tomadas hoje pelo Minha Casa, Minha Vida terão consequências muito depois do encerramento de um ciclo político. Por isso, o programa precisa ser pensado como política de Estado, articulando habitação, desenvolvimento econômico, planejamento urbano e responsabilidade ambiental. Não basta perguntar quanto custa construir uma moradia. É preciso considerar quanto custa construir uma moradia inadequada, distante dos serviços, desconfortável e vulnerável às mudanças climáticas.

O Residencial Manoel de Barros parte da ideia de que habitação não é apenas uma porta, quatro paredes e um contrato de financiamento. É também a praça onde uma criança brinca, o comércio do bairro, a sombra de uma árvore e os encontros que acontecem pelo caminho. Desver a casa como unidade isolada é enxergar o bairro e a cidade que se constroem ao redor dela.